



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

### ATA DA 22ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2004

1 Aos 28 de abril de 2004, das 08 horas e 30 minutos às 18 horas, reuniu-se o Comitê da  
2 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, na Sala dos Conselhos, Prédio da Reitoria da  
3 UFMG, *Campus* Pampulha, em Belo Horizonte. **Participaram os seguintes conselheiros**  
4 **titulares:** Valéria Caldas Barbosa, Leandro Quadros Amorim, José Maurício Ramos, José  
5 Fernando Coura, Maria Célia Passos Simões Moreira, Marcelo de Deus Melo, Oswaldo  
6 Machado dos Santos, Ronald de Carvalho Guerra, Célio dos Santos, Marcelo Coutinho  
7 Amarante, Sílvio França Linhares, Anísio Maria da Glória, Célia Maria Brandão Fróes,  
8 Apolo Heringer Lisboa, Carla Vasconcellos Fróes, Ênio Resende de Souza, Maria Zélia  
9 Araújo Santos e Ivana Eva Novais Souza. **Participaram os seguintes conselheiros**  
10 **suplentes:** Humberto Fernando Campelo Reis, Maria do Carmo Brito e Silva, Augusto  
11 César Soares dos Santos, Maria Fátima de M. Cassini L'Abbate, Gleide da Saúde Ferreira  
12 Sodré, Eduardo J. F. Motta Júnior, Bruno Gattás Hallak, Hilda de Paiva Bicalho, Flávio  
13 Mourão Passos, Fernando Antônio Leite, Valéria de Cássia Rodrigues Medeiros, Sérgio  
14 Teixeira e Alcione Mattos. **Participaram também:** Branca Bahia Martins Drummond,  
15 Rubem Rodrigues de Souza, Márcio Lúcio de Brito, Maria Aparecida Santos e Santos,  
16 Antônio Sérgio Marx Gonzaga, Thiago Pastor Alves Pereira, Sirlene de Almeida Santos,  
17 Michelle Matos de Sousa, Rebeca Eugênia Lopes de Castro, Maria Luíza Silva Ramos,  
18 Anderson Gonçalves da Silva, Nélida Mara Menezes, Tarcino dos Reis Vieira, Antônio  
19 Thomaz Matta Machado, Nivaldo Aparecido Santos, José Otávio A. Franco e Letícia  
20 Fernandes Malloy Diniz. **Assuntos em pauta: 1. Leitura e aprovação da ata da 21ª**  
21 **reunião, realizada em 09 de dezembro de 2003.** Aprovou-se a ata da reunião anterior,  
22 com as solicitações de inclusão, na lista de conselheiros participantes, dos nomes de José  
23 Fernando Coura (FIEMG), Célio dos Santos (União Ambientalista de Itabirito) e Pedro  
24 Evandro (Prefeitura Municipal de Jaboticatubas). O conselheiro Marcelo de Deus Melo  
25 solicitou as seguintes alterações no item 7 da ata: substituir a passagem “coordenar os  
26 trabalhos” por “elaborar minuta” e incluir o nome do conselheiro Ronald Carvalho Guerra  
27 na Comissão Técnica. Após a aprovação da ata, Apolo Heringer Lisboa, Presidente do  
28 Comitê, sugeriu que a conselheira Maria do Carmo Brito e Silva elaborasse a ata da  
29 reunião, substituindo o Secretário Valter Vilela. A sugestão foi aprovada por unanimidade.  
30 Apolo destacou a necessidade de que o Comitê possua uma sede, assim como infra-  
31 estrutura para o desenvolvimento de suas atividades. Afirmou que o Projeto Manuelzão tem  
32 realizado atividades do Comitê em caráter provisório. Ressaltou que o CBH Velhas é um  
33 órgão do Estado de Minas Gerais, e não pode funcionar de maneira precária. Apolo  
34 explicou que a falta de infra-estrutura prejudica os trabalhos do Comitê, e lembrou que a  
35 própria posse da gestão atual demorou seis meses para ocorrer. Informou também que  
36 enviou ofício ao IGAM propondo a extinção da Unidade Técnica, pois esta ofereceu poucas  
37 contribuições ao Comitê. O conselheiro José Maurício Ramos salientou a importância de  
38 que o CBH Velhas possua uma equipe técnica permanente. Ênio Resende de Souza citou  
39 com preocupação a manifestação dos dirigentes de Comitês de Bacias Hidrográficas do  
40 Estado de Minas Gerais, feita em 22 de março de 2004, na Praça da Liberdade. Afirmou  
41 que tais dirigentes solicitaram apoio e infra-estrutura para os trabalhos dos Comitês e  
42 discutiram a possibilidade de extinção dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Augusto César  
43 Soares dos Santos sugeriu que as atas das reuniões do Comitê sejam feitas sob a forma de  
44 texto, e não de esquema. José Fernando acrescentou que as reuniões poderiam ser gravadas,  
45



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

46 pois em situações polêmicas o Comitê poderia consultar as fitas. José Fernando ofereceu o  
47 apoio da FIEMG para auxiliar o Comitê nas gravações. Célia Maria Brandão Fróes  
48 informou que Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das  
49 Águas – IGAM, reuniu-se em janeiro deste ano com os dirigentes dos Comitês de Bacias  
50 Hidrográficas e pediu que estes enviassem propostas de planejamento estratégico com as  
51 demandas dos Comitês e reivindicações de apoio e infra-estrutura do IGAM. Afirmou que  
52 até o momento nenhum Comitê respondeu à solicitação do Diretor-Geral do IGAM e, por  
53 isto, torna-se difícil auxiliar os Comitês em suas reivindicações. Afirmou também que  
54 Paulo Teodoro de Carvalho está providenciando a locação de uma sala para o CBH Velhas,  
55 mas que tem encontrado dificuldades financeiras para tal. Apolo Heringer Lisboa afirmou  
56 que compreende as dificuldades financeiras do IGAM, e que existem deficiências no  
57 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Salientou que não apoiou a  
58 manifestação dos dirigentes de Comitês de Bacias Hidrográficas, citada pelo conselheiro  
59 Ênio. Apolo afirmou que acredita que o processo administrativo relativo à Mina do  
60 Tamanduá desapareceu em razão da falta de infra-estrutura do Comitê. Ressaltou que não  
61 acredita que esse processo tenha desaparecido no IGAM e repetiu que continua esperando a  
62 sala e o material necessário para seu funcionamento. O convidado Thomaz Matta Machado  
63 informou que em reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBH-  
64 SF, definiu-se que a Agência Nacional de Águas, mesmo sem previsão orçamentária,  
65 liberará recursos para o Comitê. O conselheiro Augusto César Soares dos Santos perguntou  
66 como os recursos são destinados ao CBH-SF. Marcelo de Deus Melo esclareceu que os  
67 recursos originam-se do Estado da Bahia. Hilda de Paiva Bicalho sugeriu que o Comitê  
68 apresente à Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAG o planejamento de suas  
69 atividades, com os recursos estimados para a realização de seus trabalhos em 2005.  
70 Ressaltou que a solicitação de recursos financeiros deve ser enviada à SEPLAG ainda este  
71 ano, para aprovação. Célia Maria Brandão Fróes esclareceu que o Estado de Minas Gerais  
72 encontra-se em período de preparação orçamentária para o próximo ano, e que o  
73 planejamento do CBH Velhas deve ser enviado ao IGAM, que o encaminhará à SEPLAG  
74 para análise. Afirmou que o planejamento do Comitê deverá apresentar uma previsão  
75 mínima de recursos para atender às suas necessidades de infra-estrutura. Em resposta ao  
76 questionamento sobre o desaparecimento do processo administrativo da Mina do  
77 Tamanduá, Célia afirmou que os processos não somem no IGAM e que o referido processo  
78 já foi encontrado e está à disposição dos interessados. Augusto César Soares dos Santos  
79 informou ter pesquisado e tentado disponibilizar os recursos do FHIDRO para tratamento  
80 de efluentes. Afirmou que os recursos do FHIDRO devem ser utilizados para a  
81 revitalização de bacias hidrográficas, é que é necessário estabelecer formas para a liberação  
82 desses recursos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e pelo BDMG. O conselheiro  
83 José Maurício Ramos questionou a extinção da Unidade Técnica do CBH Velhas e afirmou  
84 que ela poderia auxiliar o Comitê em seus trabalhos e na criação de uma agência de bacia.  
85 Marcelo Coutinho sugeriu que o Comitê solicite a utilização de uma sala no prédio do  
86 CETEC, pois isto não acarretaria gastos com locação e estacionamento. **2.**  
87 **Reenquadramento dos corpos d'água da bacia hidrográfica do ribeirão Isidoro.**  
88 Apresentação do relatório: Alcione Mattos. A conselheira Alcione Mattos apresentou o  
89 relatório feito pela comissão criada na última reunião do Comitê, que estudou a proposta de  
90 reenquadramento dos corpos d'água da bacia do ribeirão Isidoro, localizada na bacia do



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

91 ribeirão da Onça. Apolo Heringer Lisboa solicitou que Márcio Lúcio de Brito, da Secretaria  
92 Municipal de Meio Ambiente e Saneamento de Belo Horizonte, apresentasse a proposta de  
93 reenquadramento dos corpos d'água da bacia do ribeirão Isidoro de forma resumida,  
94 considerando que Márcio já havia feito tal apresentação ao Comitê em reunião anterior.  
95 Márcio Brito explicou que a bacia hidrográfica do ribeirão Isidoro possui sessenta e quatro  
96 córregos. Esclareceu que a pesquisa de usos da água e o diagnóstico da bacia foram  
97 apresentados em reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte –  
98 COMAM e em Audiência Pública realizada no segundo semestre de 2002. Ênio Resende de  
99 Souza considerou pertinente propor o reenquadramento de corpos d'água do ribeirão  
100 Isidoro. Ressaltou que o enquadramento de corpos d'água é um importante instrumento de  
101 gestão, pois orientará decisões futuras, relativas ao uso e ocupação do solo. Carla Fróes  
102 informou que, com fundamento na Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Prefeitura de Belo  
103 Horizonte pode autorizar a instalação de empreendimentos na região do baixo ribeirão  
104 Isidoro. Márcio Brito explicou ainda que as águas da bacia do ribeirão Isidoro seriam  
105 classificadas em Classe Especial preferencialmente no baixo ribeirão Isidoro, onde há 18  
106 nascentes. Ressaltou que a maioria dos demais cursos d'água já se encontra degradada.  
107 Márcio afirmou que o reenquadramento proposto tem caráter preventivo. Afirmou ainda,  
108 que a comunidade local manifestou-se pela classificação dos cursos d'água do baixo Isidoro  
109 em Classe Especial. Alcione Mattos esclareceu que a comissão formada para estudar a  
110 proposta de reenquadramento dividiu seus trabalhos em três etapas: 1) objetivos e metas; 2)  
111 avaliação do IQA, realidade atual; 3) medidas mitigadoras. Ressaltou que a bacia do  
112 ribeirão Isidoro possui uma área que ainda está preservada, e que as invasões neste local  
113 precisam ser evitadas. O conselheiro Apolo Heringer Lisboa concordou com o perigo das  
114 constantes invasões e com o problema da degradação na bacia do Ribeirão Isidoro, e  
115 sugeriu que no local seja instalado um empreendimento de caráter sustentável como, por  
116 exemplo, um hotel e/ou um centro de convenções. Apolo lembrou que a família Werneck,  
117 proprietária de extensa área preservada na região do baixo Ribeirão Isidoro, não sabe mais  
118 o que fazer diante dos problemas de invasão lá ocorridos. Valéria Caldas Barbosa afirmou  
119 que o Comitê precisa saber o que está previsto no zoneamento da área. Ressaltou também  
120 que o Comitê Manuelzão do ribeirão da Onça está cobrando uma decisão do CBH Velhas  
121 para o problema. Carla Fróes esclareceu que, no zoneamento, algumas áreas da bacia do  
122 Ribeirão Isidoro encontram-se classificadas como ZEPAN (áreas de proteção permanente)  
123 e outras foram classificadas como Z2 (adensamento restrito). Apolo Heringer Lisboa  
124 afirmou estar surpreso com a declaração de Valéria Caldas no que diz respeito à expectativa  
125 do Comitê Manuelzão do Ribeirão da Onça, pois este Comitê é um colaborador do CBH  
126 Velhas. Afirmou ainda que Tarcísio Magalhães Pinheiro, do Comitê do Ribeirão da Onça,  
127 nunca lhe fez tal colocação. O conselheiro José Fernando Coura parabenizou o CBH Velhas  
128 pela seriedade e compromisso no desenvolvimento sustentável da bacia. Afirmou que  
129 vários locais da bacia hidrográfica do rio das Velhas vêm sendo ameaçados por invasões,  
130 garimpo desordenado e contrabando. José Maurício Ramos indagou sobre o tamanho da  
131 área em hectares. Apolo Heringer Lisboa afirmou que são 900 hectares, que estão em  
132 constante perigo de ocupação desordenada. Célio dos Santos perguntou se as decisões  
133 aprovadas em Audiência Pública pela comunidade da bacia do ribeirão Isidoro podem  
134 servir como referência para a decisão do CBH Velhas. Leticia Fernandes M. Diniz  
135 esclareceu que a Audiência Pública consiste em importante instrumento de participação



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

136 pública nos processos decisórios, mas que as decisões aprovadas pela comunidade não  
137 vinculam a decisão do Comitê, que pode deliberar de forma diversa. Ênio Resende de  
138 Souza indagou se além dos cursos d'água do baixo ribeirão Isidoro, outros seriam  
139 classificados como de Classe Especial. Márcio Brito esclareceu que além da região do  
140 baixo ribeirão Isidoro, os Parques Municipais terão seus cursos d'água classificados como  
141 de Classe Especial. Augusto César Soares propôs que o Comitê aprovasse a proposta de  
142 reenquadramento classificando as nascentes em Classe Especial e o restante dos cursos  
143 d'água em Classe II. Sugeriu, ainda, a realização de nova Audiência Pública. Thomaz  
144 Matta Machado sugeriu que o Comitê não realizasse nova Audiência Pública, pois isto  
145 adiaria a construção de uma solução para o problema. José Fernando Coura apoiou a  
146 manifestação de Thomaz Matta Machado. Os conselheiros Ronald Carvalho Guerra e Ênio  
147 Resende de Souza propuseram que os cursos d'água compreendidos em parques fossem  
148 classificados como de Classe Especial, e que o restante da bacia fosse classificado como  
149 pertencente à Classe I. A proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por  
150 unanimidade (20 votos). **3. Proposta de nova Deliberação Normativa de outorga.** A  
151 conselheira Valéria Caldas Barbosa, coordenadora da comissão que discutiu a proposta de  
152 nova Deliberação Normativa de outorga, solicitou que o item 3 da pauta não fosse colocado  
153 em discussão, sendo incluído na pauta da próxima reunião. A solicitação da Conselheira  
154 Valéria foi aprovada por unanimidade. **4. Parecer sobre os processos de outorga  
155 submetidos ao exame do CBH Velhas.** Valéria Caldas Barbosa, coordenadora da  
156 comissão responsável pela análise dos pedidos de outorga de direito de uso dos recursos  
157 hídricos, realizou apresentação sobre os seguintes processos, submetidos ao exame do  
158 CBHVelhas: 1) Processo n.º 549/2002 - Ferteco Mineração – Itabirito. Captação a fio  
159 d'água no Ribeirão Mata Porcos. Área da bacia: 94,5 Km<sup>2</sup>.  $Q_{7,10} = 637,9$  l/s.  
160 Disponibilidade hídrica: 191,4 l/s. Vazão deferida: 167 l/s = 87,3 % da DH. 2) Processo n.º  
161 1351/2002 - MBR – Itabirito. Captação a fio d'água no Rio Itabira. Área da bacia: 509 km<sup>2</sup>.  
162  $Q_{7,10} = 2520$  l/s. Disponibilidade hídrica: 386 l/s. Vazão deferida: 168 l/s = 43,5 % da DH.  
163 3) Processo n.º 1482/2002 - Danielle Reis e Viviane Reis – Corinto. Captação a fio d'água  
164 no rio das Velhas. Área da bacia: 23.890 km<sup>2</sup>.  $Q_{7,10}$ : 43.071 l/s. Disponibilidade hídrica:  
165 3747 l/s. Vazão deferida: 20 l/s = 0,5 % da DH. 4) Processo n.º 1565/2002 - MBR -  
166 Itabirito. Barramento com regularização de vazão para disposição de rejeito e recirculação  
167 de água no córrego Vargem Grande. Volume acumulado: 1.900.000 m<sup>3</sup>. Área inundada:  
168 51.000 m<sup>2</sup>. Vazão da polpa: 124 l/s. Vazão de água de recirculação: 83,3 l/s. 5) Processo n.º  
169 1593/2002 - MBR – Itabirito. Barramento sem regularização para contenção de rejeitos no  
170 córrego Sapecado. Vazão da polpa: 583,3 l/s. Vazão recirculada: 286,1 l/s. 6) Processo n.º  
171 1594/2002 - MBR – Itabirito. Captação a fio d'água no córrego Cata Branca. Área da bacia:  
172 0,935 Km<sup>2</sup>.  $Q_{7,10}$ : 4,5 l/s. Disponibilidade hídrica: 1,4 l/s. Vazão deferida: 4 l/s. 7)  
173 Processos n.º 1569 e 1570/2002. Paula Mello - Augusto de Lima. Processo n.º 1569/2002.  
174 Captação a fio d'água no rio das Velhas. Área da bacia: 21.310 km<sup>2</sup>.  $Q_{7,10}$ : 38420 l/s.  
175 Disponibilidade hídrica: 2426 l/s. Vazão deferida: 20,2 l/s = 0,83 % da DH. Processo n.º  
176 1570/2002. Captação a fio d'água no rio das Velhas. Área da bacia: 21.570 km<sup>2</sup>.  $Q_{7,10}$ :  
177 38.889 l/s. Disponibilidade hídrica: 2537 l/s. Vazão deferida: 20,2 l/s = 0,79 % da DH. 8)  
178 Processo n.º 1873/2002 - Vitor Penido – Lassance. Captação a fio d'água no rio das Velhas.  
179 Área da bacia: 23.845 km<sup>2</sup>.  $Q_{7,10}$ : 42.990 l/s. Disponibilidade hídrica: 2744 l/s. Vazão  
180 deferida: 140 l/s = 5,1% da DH. 9) Processo n.º 2120/2002 -MBR- Nova Lima. Canal de



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

181 desvio do afluente do Córrego Fechos e dois barramentos para amortecimento de cheias.  
182 Canal: 9.000 l/s. Volumes de água acumulados nos barramentos: B6 = 185.000.000 l e B7 =  
183 172.000.000 l. 10) Processo n.º 1313/2002 - MBR – Itabirito. Renovação de outorga para  
184 rebaixamento do nível d'água na Mina do Pico - Vazão deferida: 472,22 l/s, através de 15  
185 poços. Condicionantes. Reposição da vazão nos córregos Cata Branca (38,8 l/s) e Retiro  
186 Novo (2,6 l/s). Monitoramento semanal de vazões nos vertedouros. Instalação e operação  
187 semanal de vertedouro no córrego Seco. Monitoramento piezométrico mensal nos  
188 indicadores de nível d'água. Instalação de novos piezômetros sempre que necessário para  
189 acompanhar o cone de rebaixamento. Comunicação ao IGAM sobre qualquer interferência  
190 nos recursos hídricos, identificada e não prevista, causada pelo rebaixamento. 11) Processos  
191 n.º 1306 a 1308/2001 - Brumafer – Sabará. Processo n.º 1306/2001. Captação a fio d'água  
192 direta no córrego Brumado. Área da bacia: 15,3 km<sup>2</sup>. Q<sub>7,10</sub>: 104,8 l/s. Disponibilidade  
193 hídrica: 31,4 l/s. Vazão deferida: 31,4 l/s = 100 % da disponibilidade hídrica. Processo n.º  
194 1307/2001. Captação em barramento sem regularização de vazão no córrego Brumado.  
195 Área da bacia: 0,85 km<sup>2</sup>. Q<sub>7,10</sub>: 7 l/s. Disponibilidade hídrica: 2,1 l/s. Vazão deferida: 2,1 l/s  
196 = 100 % da disponibilidade hídrica. Processo n.º 1308/2001. Captação em barramento sem  
197 regularização de vazão no afluente do Córrego Brumado. Área da bacia: 0,41 km<sup>2</sup>. Q<sub>7,10</sub>:  
198 3,6 l/s. Disponibilidade hídrica: 1,1 l/s. Vazão deferida: 1,1 l/s = 100 % da DH. Conclusões  
199 e Recomendações da Comissão de Outorgas: 1. Recomenda-se que seja solicitada aos  
200 empreendedores a discriminação do uso da água solicitada, principalmente no uso  
201 industrial, para uma melhor avaliação e determinação do balanço hídrico, incentivando  
202 sempre a recirculação de água e o uso nobre das águas subterrâneas que representam  
203 geralmente águas de boa qualidade. 2. Recomenda-se orientação aos empreendedores para  
204 que antes da construção de obras de captação de impacto nos cursos d'água (barramentos,  
205 canais etc.) sejam providenciadas as solicitações de outorga. Foram observados  
206 empreendimentos que foram implantados após a lei n.º 13.199/99 e depois solicitada a  
207 outorga ao IGAM. 3. Recomenda-se a aprovação pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
208 das Velhas de todos os processos analisados, com exceção do processo da Brumafer  
209 1306/2001, que merece uma discussão no Comitê, uma vez que foi outorgada 100 % da  
210 disponibilidade hídrica da bacia a montante da captação, sendo que a área a montante da  
211 captação não pertence à mineração e existem potenciais usuários a montante. A conselheira  
212 Célia Fróes informou que conforme a Deliberação Normativa CERH n.º 07, de 2002, os  
213 pedidos de outorga concernentes a empreendimentos de pequeno porte não mais serão  
214 submetidos ao exame do CBH Velhas. Célia explicou que os processos relativos a  
215 empreendimentos de pequeno porte foram encaminhados ao Comitê em razão de  
216 deliberações anteriores à DN CERH n.º 07/2002. Leandro Quadros Amorim esclareceu que  
217 vazão de polpa significa vazão de água, que leva os rejeitos e volta para a recirculação.  
218 Célio dos Santos pediu explicações sobre o processo 1594/2002, no que diz respeito à  
219 vazão residual. Valéria Caldas explicou que serão captados 4 l/s, sobrando 36 l/s. Apolo  
220 questionou o fato de que os pareceres sobre os pedidos de outorga nem sempre são  
221 distribuídos com antecedência aos conselheiros. Valéria Caldas explicou que enviará o  
222 resumo dos pedidos de outorga a todos os conselheiros, e que ele foi feito considerando as  
223 principais informações. Referindo-se ao processo n.º 1313/2002, o conselheiro Leandro  
224 Quadros Amorim informou que o impacto já está acontecendo e que as condicionantes  
225 previstas já estão sendo observadas. Afirmou que o bombeamento provoca o rebaixamento



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

226 do nível de água do aquífero, e que um volume mínimo de água é bombeado por  
227 necessidade, gerando o excedente que cai no Rio das Velhas. Afirmou também que o  
228 rebaixamento já existe e que o pedido é de renovação de outorga já concedida. O  
229 conselheiro Célio dos Santos pediu vista dos autos do processo n.º 1313/2002. Célio dos  
230 Santos afirmou que o Ministério Público está analisando este processo e que não concorda  
231 com as explicações do conselheiro Leandro Quadros Amorim. Os conselheiros José  
232 Maurício Ramos e José Fernando Coura também pediram vista dos autos do processo n.º  
233 1313/2002. Sobre o processo n.º 1306/2002, Antônio Sérgio Marx Gonzaga, consultor da  
234 Brumafer, explicou que o bombeamento não será feito durante 24h/dia e sim durante  
235 16h/dia. Valéria Caldas Barbosa não concordou com a explicação de Antônio Sérgio, e  
236 afirmou que a Comissão de Outorga constatou que a captação será de 100% da  
237 disponibilidade hídrica do córrego Brumado. Célia Fróes esclareceu que os processos de  
238 pedidos de outorga de direito de uso dos recursos hídricos estão à disposição dos  
239 conselheiros, no 7º andar do IGAM, para serem examinados quando necessário for.  
240 Lembrou também que as outorgas, mesmo depois de deferidas, podem ser revogadas a  
241 qualquer momento, em razão de irregularidades ou conflitos existentes. Célia Fróes  
242 explicou que o índice  $Q_{7,10}$  significa vazão de sete dias mais secos nos últimos dez anos na  
243 região. Afirmou que esse controle é referência em todo o Brasil, e é monitorado pela  
244 Agência Nacional de Águas; que essa definição foi feita a partir de estudos por região e  
245 pode ser falha quando o ponto de monitoramento (referência) é muito longe da captação;  
246 que no caso de abastecimento público a captação pode ser de 100% da vazão, desde que  
247 mantenha a vazão residual. Hilda de Paiva Bicalho perguntou como a água bombeada  
248 retorna para o ambiente, de onde sai e para onde vai e quais seriam as conseqüências.  
249 Relatou que em visita à Brumafer, constatou que a água não é devolvida ao ambiente. O  
250 conselheiro Oswaldo Machado pediu vista dos autos dos processos n.º 1306/2001,  
251 1307/2001 e 1308/2001. Flávio Passos afirmou estar preocupado com o deferimento de  
252 pedidos de outorga sem que haja uma compreensão maior do Comitê sobre os mesmos.  
253 Ronald Carvalho Guerra questionou o fato de a captação para abastecimento público poder  
254 ser feita em 100% da disponibilidade hídrica, mesmo em caso de escassez. Célia Fróes  
255 esclareceu que esta hipótese é admissível. Antônio Sérgio Marx Gonzaga, consultor da  
256 Brumafer, convidou os conselheiros do Comitê para fazerem uma visita à mineradora, a fim  
257 de que as dúvidas sobre os pedidos de outorga apresentados pela empresa sejam sanadas.  
258 Apolo Heringer Lisboa solicitou que fosse feita uma lista de conselheiros interessados em  
259 visitar a Brumafer. Oswaldo Machado afirmou que os pedidos de outorga submetidos ao  
260 exame do Comitê já foram deferidos pelo IGAM, que é o órgão competente para tal.  
261 Afirmou também que a Comissão de Outorga fez reuniões e estudos sobre esses pedidos,  
262 restando ao Comitê a alternativa de confiar na competência da Comissão e votar  
263 favoravelmente ou não aos pareceres apresentados por Valéria Caldas. Apolo Heringer  
264 Lisboa pediu que o Comitê tenha cuidado em suas decisões; que a aprovação de pedidos e  
265 outorga exige muita responsabilidade; que o grupo precisa com urgência ser capacitado.  
266 Valéria Caldas propôs que o IGAM altere o formulário de pedidos de outorga para que eles  
267 sejam mais completos e contenham mais informações. Oswaldo Machado afirmou que a  
268 fiscalização é tão importante quanto o deferimento dos pedidos de outorga; que é preciso  
269 fiscalizar o cumprimento das condicionantes e a qualidade dos efluentes; que as outorgas  
270 podem ser revogadas a qualquer momento, em caso de irregularidades. Valéria Caldas



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

271 Barbosa afirmou que a atual gestão de recursos hídricos tem falhas, e que são necessárias  
272 alterações em seus procedimentos. Augusto César Soares dos Santos sugeriu que o Comitê  
273 envie um ofício ao IGAM, solicitando a fiscalização adequada aos empreendimentos  
274 urbanos e rurais. Leandro Quadros Amorim convidou o Comitê para visitar as Minas do  
275 Pico e Tamanduá. Apolo Heringer Lisboa considerou o convite viável e propôs que a visita  
276 à MBR e a próxima reunião do Comitê ocorram no mesmo dia. O Comitê aprovou a  
277 proposta por unanimidade. Apolo Heringer Lisboa submeteu os pedidos de outorga à  
278 votação. A exceção dos processos n.º 1.313/02, 1.306/01, 1.307/01 e 1.308/01, para os  
279 quais houve pedido de vista, o Plenário deferiu por unanimidade os pedidos de outorga  
280 submetidos a seu exame. **5. Outorga Processos n.º 389/2002 e 675/2002 – MBR.**  
281 **Relatório do conselheiro José Maurício Ramos.** O conselheiro José Maurício Ramos  
282 esclareceu que não havia pedido vista dos autos dos processos n.º 389 e 675/2002.  
283 Explicou que havia apenas solicitado que esses processos fossem retirados de pauta em  
284 reunião ocorrida em 2002, já que, por motivo de doença, ele não poderia comparecer à  
285 reunião do Comitê. José Maurício Ramos solicitou a revisão da ata da reunião em que os  
286 processos seriam examinados, porque acredita que tenha havido algum mal entendido.  
287 Pediu também para relatá-los na próxima reunião, depois de examiná-los, pois estes  
288 processos não haviam sido encontrados no IGAM. **6. Proposta de regimento interno dos**  
289 **subcomitês consultivos. Apresentação do conselheiro Marcelo de Deus Melo.** O  
290 conselheiro Marcelo de Deus apresentou o resultado parcial dos estudos feitos pela  
291 Comissão Técnica. Afirmou que a Comissão apresentará os fundamentos e as diretrizes  
292 para a criação de subcomitês propositivos e consultivos. Marcelo de Deus explicou que a  
293 Comissão era coordenada por Patrícia Souza Lima, e que passou a coordená-la depois que  
294 Patrícia se afastou do Comitê. Marcelo apresentou uma minuta de Deliberação Normativa  
295 que dispõe sobre as diretrizes para a criação e o funcionamento dos subcomitês. Afirmou  
296 que a Comissão não concluiu a minuta e que o Comitê somente deliberará sobre o assunto  
297 na próxima reunião. Marcelo ressaltou que a versão final da minuta será enviada aos  
298 conselheiros com antecedência, para que a leiam antes da reunião, e pediu aos conselheiros  
299 que enviem sugestões à Comissão. Antônio Sérgio Marx Gonzaga, consultor da Brumafer,  
300 afirmou que faz parte do subcomitê da bacia do Rio Caeté/Sabará, que não acha que o  
301 processo de criação dos subcomitês é embrionário e sugeriu que o CBH Velhas legitime  
302 todos os subcomitês criados pelo Projeto Manuelzão. Apolo Heringer Lisboa afirmou ser  
303 importante que o CBH Velhas reconheça a existência dos subcomitês. Afirmou ainda que o  
304 trabalho do Projeto Manuelzão de organização e funcionamento dos subcomitês já está  
305 bastante avançado e que Letícia Fernandes M. Diniz e Thomaz Matta Machado, do Projeto  
306 Manuelzão, estão participando dos trabalhos da Comissão Técnica. Marcelo de Deus  
307 esclareceu que a integração dos subcomitês ao CBH Velhas não é automática e sim  
308 espontânea, dependendo da iniciativa dos próprios subcomitês. Alcione Mattos afirmou que  
309 as discussões sobre educação ambiental não podem ser esquecidas nas reuniões do Comitê.  
310 **7. Proposta de Declaração de Princípios do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das**  
311 **Velhas.** Apolo Heringer Lisboa apresentou a Declaração de Princípios do Comitê da Bacia  
312 Hidrográfica do Rio São Francisco e propôs que o CBH Velhas aprove uma Declaração de  
313 Princípios própria. Leandro Quadros Amorim afirmou que o conteúdo da Declaração é  
314 filosoficamente interessante, mas que faltam critérios para tratar cada tema e que a redação  
315 dos princípios do CBH São Francisco é muito genérica. Destacou o Princípio VII, onde se



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

316 lê que o Comitê zelará pela necessária integração entre gestão ambiental e gestão das águas.  
317 Questionou a quem competirá zelar por essa integração. Letícia Fernandes Malloy Diniz  
318 lembrou que o questionamento de Leandro Quadros Amorim também foi feito por um  
319 membro da Diretoria Provisória do CBH-SF, e que esse questionamento foi superado pelo  
320 fato de que uma Declaração de Princípios é um ato normativo que precisa ter conteúdo  
321 genérico. Explicou que a Declaração de Princípios não é conflitante com nenhuma norma  
322 jurídica e que sua importância consiste no fato de que ela expressa um compromisso ético  
323 do Comitê para com a bacia do rio das Velhas. Ênio Resende de Souza afirmou que as  
324 análises técnicas não são a principal função do Comitê, mas sim do IGAM, e que o Comitê  
325 deve possuir um olhar mais social e ambiental do que técnico. Augusto César Soares dos  
326 Santos concordou que a Declaração de Princípios deve ser genérica. Oswaldo Machado  
327 concordou com Letícia Fernandes M. Diniz, afirmando que os princípios precisam ter  
328 conteúdo genérico. Lembrou que a Constituição Brasileira é muito bem elaborada e que as  
329 suas normas ambientais nos bastam; que seria suficiente observarmos os princípios  
330 fundamentais e que o que está previsto em lei não precisa ser repetido. Apolo Heringer  
331 Lisboa afirmou que no CBH-SF cada segmento defendia seus próprios interesses e que não  
332 existia consenso entre as representações; que a Declaração de Princípios conseguiu  
333 harmonizar a compreensão dos três setores representados. Afirmou que o Comitê não é um  
334 órgão de beira de rio e que precisa ter uma visão ampla da bacia hidrográfica e dos  
335 ecossistemas regionais, e propôs que o zoneamento geo-sócio-ambiental seja considerado  
336 no exame dos processos de licenciamento e outorga. **8. Nascentes do ribeirão Arrudas.**  
337 **Apresentação do relatório da Belgo Mineira (Fídias de Miranda).** José Otávio, da  
338 Belgo Mineira, representou Fídias de Miranda, e apresentou o projeto de revitalização das  
339 nascentes do ribeirão Arrudas. Afirmou que as cercas que haviam sido colocadas para  
340 proteger as nascentes foram roubadas e sugeriu que o Comitê Arrudas, o Projeto  
341 Manuelzão, a Prefeitura de Belo Horizonte, entidades públicas e privadas sejam envolvidos  
342 no problema, para fortalecer o movimento de proteção das nascentes. Ivana Eva Novais  
343 informou que parte das trezentas mudas de árvores que Augusto César Soares dos Santos  
344 havia conseguido para plantio na área das nascentes foi destruída em razão da abertura de  
345 ruas, e que cento e vinte árvores nativas foram cortadas. Ivana Eva afirmou que todo o  
346 trabalho de 20 anos de preservação das nascentes do ribeirão Arrudas está sendo perdido.  
347 Carla Fróes afirmou que a Vila Vitória da Conquista é a responsável pelo assoreamento das  
348 nascentes; que o Conjunto Habitacional está dentro dos padrões exigidos por lei; que a área  
349 das nascentes pertence ao Estado e que há um contrato de comodato com a Creche Lar Frei  
350 Toninho. José Otávio afirmou que há um grave problema social no local, pois os meninos  
351 saem da Creche quando completam 14 anos e caem na marginalidade, pois não têm para  
352 onde ir e não podem trabalhar. Weber Coutinho, da Secretaria de Meio Ambiente e  
353 Saneamento de Belo Horizonte, propôs o encaminhamento uma moção aos órgãos  
354 competentes para a criação de um parque ecológico no local. Marcelo de Deus Melo  
355 sugeriu que no local seja criada uma estação ecológica. Foi formada uma comissão para dar  
356 continuidade aos trabalhos sobre as nascentes do ribeirão Arrudas. A comissão será  
357 composta por Ivana Eva Novais, José Otávio, Marcelo de Deus, Weber Coutinho, Marcelo  
358 Coutinho e Augusto César Soares dos Santos. **9. A questão do ribeirão da Mata.**  
359 **Vespasiano.** Apolo Heringer Lisboa informou que a Prefeitura de Vespasiano possui um  
360 projeto para dilatar o curso do ribeirão da Mata e que a intenção do Prefeito é boa, pois ele



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

361 está preocupado com a estética do ribeirão. Afirmou que a notícia sobre o projeto da  
362 Prefeitura de Vespasiano foi divulgada como se fosse o projeto tratasse de uma canalização  
363 e que a obra foi embargada pela FEAM. Afirmou também que o Projeto Manuelzão  
364 prontificou-se em auxiliar a Prefeitura de Vespasiano a estudar o problema da canalização  
365 de cursos d'água. Sugeriu que um conselheiro CBH Velhas acompanhe esse estudo.  
366 Afirmou que Vespasiano encontra-se no baixo ribeirão da Mata, e que as  
367 impermeabilizações feitas a montante sempre trazem conseqüências negativas para  
368 Vespasiano. Foi deliberado que os conselheiros Ênio Resende de Souza e Anísio Maria da  
369 Glória participarão das reuniões feitas com os técnicos da Prefeitura de Vespasiano. **10.**  
370 **Meta 2010 – Informações e discussão.** Apolo Heringer Lisboa fez um relato sobre a  
371 assinatura de um termo de compromisso relativo à Meta 2010. Afirmou que o termo de  
372 compromisso foi assinado em 22 de março de 2004, na Praça da Liberdade. Informou que o  
373 Governo do Estado criará um grupo operativo, que apresentará uma proposta de plano de  
374 bacia ao Comitê; que esse grupo será remunerado e terá o prazo de quatro meses para  
375 entregar o resultado de seu trabalho. Lembrou que a CEBRAP havia vencido a licitação  
376 para elaborar um plano de recursos hídricos da bacia do rio das Velhas; que recusou-se a  
377 auxiliar o Comitê a utilizar o plano e que o documento está desatualizado. Augusto César  
378 Soares dos Santos afirmou que a Ruralminas possui um CD com o plano diretor da bacia do  
379 rio São Francisco e que esse CD possui muitas informações sobre a bacia do rio das Velhas.  
380 Afirmou ainda que poderá ajudar o grupo operativo no que for necessário. Thomaz Matta  
381 Machado sugeriu que o CBH Velhas constitua uma comissão para acompanhar os trabalhos  
382 do grupo operativo da Meta 2010. **11. Capão Xavier –Informações.** Apolo Heringer  
383 Lisboa afirmou que o Projeto Manuelzão foi procurado pelo movimento Capão Xavier  
384 Vivo; que depois de uma visita ao local foi feita uma reunião no Projeto Manuelzão com os  
385 representantes do movimento. Apolo Heringer Lisboa sugeriu que dois conselheiros  
386 acompanhem as reuniões sobre Capão Xavier. Leandro Quadros Amorim informou que a  
387 liminar na Justiça Estadual contrária à mineração em Capão Xavier foi suspensa e que a  
388 liminar na Justiça Federal ainda não foi suspensa. Afirmou que a mobilização do grupo  
389 Capão Xavier Vivo continua, com o apoio da Igreja Católica. Leandro Quadros Amorim  
390 convidou os membros do Comitê para conhecerem uma mina em atividade e avaliar os  
391 procedimentos utilizados pela MBR. Solicitou que as discussões sobre Capão Xavier no  
392 Comitê tenham início quando o pedido de outorga chegar ao CBH Velhas. A proposta foi  
393 aceita pelo Plenário. **12. Informações sobre a visita da Associação dos Moradores do**  
394 **Bairro Nossa Senhora de Fátima. Aterro sanitário de Sabará.** Apolo Heringer Lisboa  
395 informou que o Projeto Manuelzão promoverá uma reunião sobre o gerenciamento de  
396 resíduos sólidos urbanos com a participação de técnicos das Prefeituras de Belo Horizonte e  
397 Sabará, vereadores, empresas, entidades ambientalistas e sugeriu que alguns conselheiros  
398 participassem da reunião. Afirmou que a região metropolitana de Belo Horizonte deveria  
399 possuir quatro ou cinco aterros de menor porte, para reduzir os impactos acarretados por  
400 um grande aterro. Afirmou também que é necessário investir em compostagem e  
401 reciclagem e que estas atividades diminuirão significativamente o volume de lixo enterrado.  
402 Foi deliberado que os conselheiros Flávio Passos e Hilda de Paiva Bicalho participarão da  
403 reunião promovida pelo Projeto Manuelzão. **13. Assuntos Gerais.** Apolo Heringer Lisboa  
404 apresentou a versão parcial do livro sobre a expedição Manuelzão desce o rio das Velhas.  
405 Explicou que o livro possuirá quarenta capítulos e o diário de viagem, além de um CD com



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

406 imagens. Informou que o lançamento está previsto para agosto de 2004. Foi deliberado que  
407 a próxima reunião do Comitê ocorrerá na MBR, e que a visita às Minas Tamanduá e do  
408 Pico serão realizadas no mesmo dia. Ronald Carvalho Guerra informou que enviará ofício  
409 ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Meio Ambiente solicitando  
410 agilidade na implementação do Conselho Consultivo da APA das Andorinhas e afirmou  
411 que enviará o mesmo ofício ao CBH Velhas, solicitando apoio no fortalecimento da gestão  
412 da APA. Célia Fróes afirmou que o IGAM alugará uma sala para o Comitê com infra-  
413 estrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Nada mais havendo a tratar,  
414 o Presidente Apolo encerrou a reunião às 18 horas, da qual lavrada a presente ata.  
415